

Museus e Memórias Afro-diaspóricas no Sul do Brasil

Afro-Diasporic Museums and Memories in Southern Brazil

Arilson dos Santos Gomes

 <https://orcid.org/0000-0003-0214-2312>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Resumo: Este artigo objetiva apresentar possibilidades da educação histórica que tenham como temas o patrimônio e os objetos materiais, de modo a evidenciar a agência dos sujeitos negros no desenvolvimento de seus lugares de origem que, dificilmente, aparecem nas histórias oficiais. Na análise, é utilizada uma *escrita de si* (GOMES, 2004) redigida por representantes do Clube Negro Braço é Braço, da cidade de Rio Grande/RS, além de imagens alusivas à exposição “Palmares não é só um, são milhares”, realizada em 2021 no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS), na cidade de Porto Alegre/RS, em homenagem aos 50 anos do dia 20 de novembro, data da Consciência Negra. Por meio de análise qualitativa das fontes, o estudo conclui que para compreender a trajetória das populações negras contra a colonialidade – para além do ensino da história realizado nas escolas ou das pesquisas dentro dos muros das universidades – deve-se dar atenção às atividades que, articuladas a outras fontes e vivências, permitam aguçar a relação entre o passado e o presente, com vistas a outras possibilidades para a aprendizagem histórica.

Palavras-chave: Educação histórica. Identidade. Experiências dos sujeitos. Patrimônio. Exposição.

Abstract: This article aims to present possibilities of historical education that have heritage and material objects as themes, in order to highlight agencies of black subjects in the development of their places of origin, which hardly appear in official histories. The analysis uses a self-writing (GOMES, 2004) written by representatives of the Clube Negro Braço é Braço, from the city of Rio Grande/RS, in addition to images alluding to the exhibition “Palmares is not just one, they are thousands”, held in 2021 at the Anthropological Museum of Rio Grande do Sul (MARS), in the city of Porto Alegre/RS, in honor of the 50th anniversary of November 20th, the date of Black Consciousness. Through qualitative analysis of the sources, the study concludes that to understand the trajectory of black populations against coloniality – beyond the teaching of history carried out in schools or research within the walls of universities – attention should be paid to activities that, articulated with other sources and experiences, allow sharpen the relationship between past and present, with a view to other possibilities for historical learning.

Keywords: Historical education. Identity. Subjects' experiences. Patrimony. Exposure.

Considerações iniciais

A exposição em conexão, com a multidão, a informação sem taxação, via inclusão à interação, à disposição, a história compartilhada sozinha não faz multiplicação, demorou então, quando voltar para a casa, leva essa missão¹



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Letra da música “Oliveira Silveira sou eu e você!” De autoria de Rafa Rafuagi, um dos curadores da exposição “Palmares não é só um, são milhares” que será examinada aqui. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HXFyOgKNuyo>>. Acesso em 15/12/2021.

Em conformidade com Sonia Kruppa (2005), a educação, aqui, é entendida como troca e diálogo intergeracional, garantindo que homens e mulheres retransmitam esses conhecimentos uns aos outros. Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, estabeleceram-se possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo (KRUPPA, 2005).

O ser humano só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais indivíduos e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas, sim, interpretá-los em função de suas ações e paixões (RÜSEN, 2001), de sua intencionalidade. E é na vida cotidiana que o ser humano coloca “[...] em funcionamento [...]” todos os seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2004, p. 17); elementos que, conforme aponta Rösen (2001), permitem a formação da consciência histórica.²

Experiências e intenções constituem os seres humanos nas construções das bases para as suas orientações temporais, já que o tempo natural é uma perturbação e somente pode ter sentido mediante o próprio esforço de interpretação do tempo humano, que é organizado na vida prática (RÜSEN, 2001). E nessa condição se constroem as epistemologias.³

Podemos entender essa base epistemológica relacionada ao ensino e à aprendizagem de história. Para Selva Guimarães Fonseca, “[...] a educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares” (FONSECA, 2009, p. 116).

Diante disso, como aprendemos a história das populações negras em nossas formações? O que é transmitido no ambiente familiar, no trabalho, na escola e nos museus sobre a história dessas populações e de sua cultura? Obviamente, existem, na sociedade, possibilidades positivas de aprendizado nesses espaços. Mas, na grande parte de nossas vidas, desconsideramos ou desconhecemos a trajetória das populações negras, salvo quando as relacionamos aos estigmas da escravidão ou à cultura de um grupo vinculado à nação mestiça em que as políticas de branqueamento foram a tônica. Essas situações, para serem desconstruídas, requerem um aporte interdisciplinar. Este texto terá contribuição dos campos antropológico, educativo e o museológico.

Em relação ao patrimônio e aos museus, espaços de transmissão de conhecimentos e de visitação pública, o que os objetos em exposições comunicam sobre essas populações e o que efetivamente aprendemos? É possível um museu apresentar histórias plurais para reconstrução histórica das populações negras no sul do Brasil?

Conforme Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior, em reflexão sobre a área da museologia (mas, aqui, pensado em relação à história e ao seu ensino), as mudanças têm sido lentas, e o negro e seus respectivos universos ainda são apresentados ou representados de forma coisificada e depreciativa em visões folclorizantes, idealizantes e

² “A ideia de consciência histórica permite empreender a interpretação de diferentes culturas segundo o princípio universal dado da condição humana. Trata-se de historiar os diferentes povos a partir de suas manifestações: mitos de origem, narrativas de memória e genealogias de famílias estão entre as múltiplas formas de dar sentido às coisas no tempo. Tais manifestações também fazem parte do cotidiano: os álbuns de família, as memórias de infância e as narrativas dos antepassados constituem outros tantos modos de historiar, plenos de mitos e ritos. Quando se faz ciência, o historiar metodiza e corrige o cabedal da memória – sentimentos e documentos – para organizá-lo numa narrativa raciocinada” (ALBIERI, 2011, p. 27).

³ A epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que se conta como conhecimento válido, e é por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e tangível. Portanto, “[...] a elaboração do conhecimento somente existe a partir da prática dos sujeitos sociais” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 9).

dissociadas do agente social.⁴ O que consagra “[...] uma espécie de elaboração de múltiplas imagens que impõem uma reducionista objetificação da nadificação ontológica construída sobre os africanos e seus descendentes nas Américas” (BITTENCOURT JR., 2013, p. 13).

Em 1984, na cidade de Quebec, no Canadá, em decorrência dos debates da renovação da museologia, ocorreu uma crítica ao distanciamento dos Museus com a sociedade. Isso repercutiu em uma discussão sobre o Museu e a Educação, que devem estar voltados para a participação, reflexão, mobilização e transformação social, além da reformulação de espaços físicos e exposições (VILASBOAS, 2010).

Acreditamos que o protagonismo dos movimentos negros na educação (GOMES, 2017) e dos indivíduos negros e negras e suas intenções cotidianas, ao longo do pós-abolição no país e no Rio Grande do Sul, transformaram a nossa orientação no presente, a maneira de interpretar o passado. Joaze Bernardino-Costa, em uma interessante crítica aos estudos do Atlântico Negro, reflete sobre a necessidade de se incluir os intelectuais brasileiros nas agências culturais diaspóricas negras. Registros orais e artísticos, músicas e escritos evidenciam essas contribuições no Brasil desde a diáspora (BERNARDINO-COSTA, 2018).

Diante disso, na educação histórica, o patrimônio e os objetos acondicionados com famílias, indivíduos e sociedades negras se tornam importantes aliados para fazer emergir novos conteúdos; epistemologias relacionadas às memórias e às experiências das populações negras. Tirando do esquecimento os sujeitos homens e mulheres que participaram ativamente do cotidiano das cidades brasileiras, não somente como trabalhadores e trabalhadoras escravizados e escravizadas, mas como intelectuais, artistas e lideranças.

Destacamos que o senso comum ou a maioria de nossas experiências relacionadas à comunidade negra, independentemente de nossas epidermes ou de nossos pertencimentos raciais, inferiorizaram o continente africano e os corpos das populações afrodescendentes. Resultado de um longo período de influência da colonialidade.⁵

Era como se esses indivíduos não tivessem conhecimentos válidos, obras, agência ou possibilidades de construir percursos históricos. Como se as suas produções não fossem suficientemente qualificadas para constituir a trajetória da humanidade. Inúmeras vezes os seus legados foram branqueados ou desconstituídos de modo a desconsiderar seus protagonismos. A exemplo do que aponta Valter Silvério, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ao relacionar a África antiga ao legado faraônico. Para o autor, faz-se necessária uma mudança na mentalidade dos pesquisadores e pesquisadoras para que se possa restituir a terra dos faraós ao seu contexto africano (SILVÉRIO, 2013).

As identidades negras são entendidas, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005).

⁴ Lizandra Maria Rodrigues Machado e Maria Angélica Zubaran debateram essa invisibilidade no Museu Julio de Castilhos de Porto Alegre. Para as autoras, com destaque para a exposição do período escravista, “De um lado, a exposição constrói a representação de um negro genérico, sem diferenças entre si, homogêneo, como foi estebelecido pela mentalidade europeia. De outro lado, a exposição hierarquiza a cultura e ensina que os saberes da experiência não são importantes, as manifestações artísticas e culturais negras são negadas e silenciadas” (MACHADO; ZUBARAN, 2013, p. 152).

⁵ Os estudos decoloniais serão o marco teórico a ser utilizado neste texto. Contudo, é importante fazer menção aos estudos pós-coloniais, identificados em produções de Frantz Fanon, Albert Memmi, Edward Said, Stuart Hall, Paul Gilroy, Homi Bhabha e Achille Mbembe a base fundamental para os estudos decoloniais.

Portanto, o texto objetiva apresentar possibilidades da educação histórica local – sob a perspectiva decolonial – que tenham como temas o patrimônio e os objetos em exposição, de modo a evidenciar a agência dos sujeitos que, dificilmente, aparecem nas histórias oficiais.

Neste artigo, foi utilizada para a análise uma correspondência pessoal escrita por representantes de um clube negro localizado no extremo Sul do Brasil, além de imagens relacionadas à exposição realizada no Museu Antropológico do RS em alusão ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O artigo está sistematizado da seguinte forma: a) outras possibilidades de ensinar história e b) educação histórica a partir do patrimônio dos clubes negros e da exposição dos objetos da mostra “Palmares não é só um, são milhares”.

Outras possibilidades de ensinar e aprender história

É importante destacar que, no período da colonização, as populações negras, indígenas e asiáticas eram consideradas os “outros”, e tinham invalidadas as suas representações culturais a partir da mobilização de discursos morais, religiosos, filosóficos e científicos do colonizador/opressor. Esse desconsidera a existência e as práticas dos povos colonizados ao mesmo tempo em que elabora suas linguagens como verdadeiras, “[...] forjando a raça e a redução dos corpos à aparência” (MBEMBE, 2014, p. 11). “O hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (MBEMBE, 2014, p. 27).

María Lugones entende o conceito de “[...] colonialidade do ser como relacionado ao processo de desumanização” (LUGONES, 2014, p. 938). Como aponta Mbembe, “Ser negro comporta experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia, o assombramento para milhões de pessoas apontadas nas redes de dominação da raça, de verem seus corpos e pensamentos a partir de fora” (MBEMBE, 2014, p. 19). Assim, surge a hierarquização dos sujeitos e de sua cultura. As matrizes culturais africanas e suas práticas passam a ser atingidas, nesse processo estabelecido pela colonialidade, instaurando os epistemicídios.

Segundo Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é um fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar, pela negação aos negros da condição de sujeitos do conhecimento por meio de desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade, e pela imposição do embranquecimento.

Contudo, no período do pós-abolição, os epistemicídios presentes no Brasil, advindos com a ciência moderna, o iluminismo e o positivismo oprimem os descendentes e as culturas de matriz africana, restando-lhes negociações e hibridizações para a sua sobrevivência e a de suas culturas, consideradas impuras, incivilizadas e diabólicas pela colonialidade. Apesar de essas populações, na maioria das vezes, anularem suas raízes e negarem suas identidades e culturas próprias para serem aceitas na sociedade (quando permitido), os sincretismos religiosos e as hibridizações culturais (BHABHA, 2003) possibilitaram (não sem conflitos) a sobrevivência das linguagens e das práticas afro-brasileiras percebidas com a afirmação do ser negro.

Para essas interpretações, os estudos decoloniais possibilitam novos incrementos a fim de problematizar esse passado ainda presente. No campo epistemológico, os estudos

decoloniais propõem o reconhecimento dos saberes dos povos outrora subalternizados. Segundo Maldonado Torres (2005), é o movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do sul, um “giro decolonial” de resistência teórico e prático, político e epistemológico (TORRES, 2005).

A opção decolonial é epistêmica, pois desvincula os fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais de acumulação do conhecimento. Mignolo propõe substituir a geopolítica de Estado pela política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos e subjetividades que foram racializadas (MIGNOLO, 2008). Nesse sentido, por pressão dos movimentos sociais, novas perspectivas para o ensino e a pesquisa de história surgem com reflexos à cidadania.

No campo do ensino, ciente dos avanços das últimas décadas, sobretudo a partir da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, assim como dos parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), ocorrem novas possibilidades em torno dos conteúdos ensinados.⁶

A escola é um dos núcleos de conhecimento. Situações sem mediações tornam-se difíceis à compreensão dos alunos. Devemos compreender do currículo oculto ao manifesto, pois é ingenuidade considerar que o ensino se reduz aos programas oficiais (SACRISTÁN, 1998).

Segundo Selva Guimarães Fonseca, para além da escola, “[...] o meio no qual vivemos traz marcas do presente dos tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante” (FONSECA, 2009, p. 116). O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas e formativas. Essa história se encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ainda de acordo com Selva Fonseca, essa situação “[...] pode nos levar a repensar os saberes históricos dos currículos prescritos ao vivido, construídos no cotidiano escolar, entre memória, história e identidade, entre o local e o global” (FONSECA, 2009, p. 116-117).

Diante disso, estimular o público para pensar no patrimônio e nas exposições, a partir de uma dimensão social, permite tratar mais do que a educação formal dos públicos que abandonaram os estabelecimentos escolares, “[...] para quem se torna indispensável propor formas de participação alternativas, a fim de estimular sua capacidade de análise, criatividade, iniciativa e autonomia, como participantes da cultura e de processos de desenvolvimento local” (ZUBARAN, 2015, p. 200). Ou seja, para além do currículo oficial e do espaço escolar, no ensino e na aprendizagem de história também contam as experiências dos sujeitos em outros espaços.

A educação histórica a partir dos clubes negros e da exposição “Palmares não é só um, são milhares”

Neste tópico, realizaremos uma incursão em acervos patrimoniais e imagens, visando contribuir com a problematização de um ensino de história afirmativo sobre as

⁶ No ensino superior, a partir da Lei de Cotas, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e da Portaria do MEC 13/2016, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, desde o ingresso de pretos, pardos (negros), indígenas e outros grupos, tem-se o impacto positivo a cada ano nos programas de pós-graduação, acadêmicos e profissionais, de história, com temas que versam sobre cultura quilombola, práticas educativas antirracistas, ensino da história e cultura afro-brasileira, com destaque para as músicas afros, as religiões de matrizes africanas, a capoeira e outras temáticas afins.

populações negras. Nesse sentido, patrimônio, objetos e visitação a exposições passam a integrar o processo educativo.

A educação histórica, em síntese, é troca e diálogo entre gerações, garantindo que homens e mulheres retransmitam esses conhecimentos uns aos outros por meio de experiências e intenções para as suas orientações temporais (passado) à vida prática e cotidiana (presente). Essa operação permite a aquisição da consciência histórica.

O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais arqueológicos, paisagísticos e etnográficos; histórico; belas artes; artes aplicadas. Esses estão divididos em bens imóveis, como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e bens móveis, como coleções arqueológicas, documentais, bibliográficas, arquivísticas, videográficas, fotográficas, cinematográficas e acervos museológicos (IPHAN).⁷

No século XIX, além das antiguidades nacionais, muitos museus reuniram acervos expressivos do domínio colonial das nações europeias. Expedições científicas percorriam os territórios colonizados com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, e formar coleções referentes a botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia, que seriam enviadas para os museus europeus. No Brasil, a partir das décadas de 1930 e 1940, inspirados pelas diretrizes do Museu Histórico Nacional sob a orientação do cearense Gustavo Barroso (1888-1959), esses espaços de memória passam a ter o objetivo de educar o povo.

Traziam as marcas de uma museologia comprometida com a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade, veiculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006, p. 20-21).

A musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de aquisição, seleção e apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja esse um objeto de culto, utilitário ou de deleite, animal ou vegetal. Inclusive algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, uma fonte de estudo e de exibição que, assim, adquire uma realidade cultural específica (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Os objetos, “[...] tantos os que hoje são coleções e fazem acervos de museus e outras instituições, refletem e dialogam com o que há de essencial em cada matéria, técnica artesanal, forma, textura e significado” (LODY, 2005, p. 19).

Enfatiza-se que, em museus, são comuns as representações da escravidão, o que remete à trajetória das populações negras por meio de gargalheiras, instrumentos de tortura e troncos, como se esses objetos fossem os únicos que pudessem retratar o passado das populações negras. Situação semelhante ocorre nos espaços museais da cidade de Redenção, no Estado do Ceará, primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão em 1883 (GOMES, 2021).

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em 18 dez. 2021.

O escravizado negro estabeleceu-se nos atuais territórios gaúchos antes do início da ocupação oficial do Sul (1737). Os cativos trazidos quando da fundação de Rio Grande trabalharam nas novas instalações e nas primeiras plantações, na produção de charque e couros. Desempenhavam-se como servidores domésticos, campeiros e soldados. A importância do trabalhador negro escravizado nos primeiros momentos da história do Brasil Meridional é sugerida pelo primeiro levantamento demográfico da população sulina, realizado em 1780, como aponta Mário Maestri, em que os escravizados constituíam 28% do total de habitantes do Sul lusitano. Indígenas, 19%, e brancos, 53% da população (MAESTRI, 1993). “O trabalhador escravizado desempenhou um importante papel na economia sulina até 1884 quando através das alforrias com cláusula de prestação de serviço, os escravizadores gaúchos tentaram prolongar, ainda por alguns anos, sob outra forma, a exploração” (MAESTRI, 1993, p. 29).

Todavia, as populações negras não viveram nesse País ou no estado do Rio Grande do Sul somente como escravizados acorrentados, como presos à senzala explorados ou como mucamas servindo escravizadores. Mesmo na escravidão existiram agências e resistências. Essas populações resistiram na formação de quilombos, na manutenção de práticas alimentares, em suas danças, suas oralidades; resistiram com homeopatas, religiosidades, sentimentos, experiências e saberes que vão além da perspectiva que os museus comumente versaram e que, em sua grande maioria, ainda versam. Esses grupos afirmaram suas identidades, resistiram. Quanto à materialidade, o Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre torna-se uma importante referência para se pensar a problemática deste artigo.⁸

No Sul, os representantes das populações negras também construíram espaços físicos, como os clubes sociais, propuseram a revisão das exposições nos museus e mantiveram suas agências coletivas.

Alguns exemplos, inclusive, podem contribuir com a educação histórica. São eles: a) as visitas às edificações dos Clubes Negros, e b) a curadoria da exposição “Palmares Não É só um, são milhares”.

Clubes Negros

Em Rio Grande/RS (SILVA et al, 2020), a mais meridional dentre todas as cidades brasileiras de médio e grande porte, a história dos Clubes Negros tem muitas potencialidades para trazer sujeitos, lugares e afirmação da identidade negra e da negritude para o público. A agremiação nasce inserida em uma tradição centenária instaurada pelas populações negras antes mesmo da abolição, identificada na formação de círculos, clubes, impressos e confrarias fundadas por negros em Porto Alegre e no interior do Estado (MÜLLER, 1999; GOMES, 2008, PEREIRA, 2008; SILVA, 2011, ESCOBAR, 2010).

Segundo Giane Escobar,

⁸ Os primeiros esforços para colocar em prática ações que iriam ser materializadas no projeto do Museu do Percurso do Negro aconteceram no final da década de 1990, quando diversas organizações negras do movimento negro porto-alegrense se reuniram no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, da Secretaria Municipal da Cultura, para discutir o I Seminário para organização de um centro de referência afro-brasileiro (VARGAS, 2013). No Museu de percurso a categoria de patrimônio se vincula à materialidade elaborada e significada pela comunidade negra porto-alegrense de maneira positiva de modo a desconstruir aspectos da colonialidade. O museu tem como itinerário os espaços territoriais da cidade e a sua coleção, guardadas as proporções, são os marcos monumentalizados, a céu aberto, em bairros, praças, igrejas, ruas, esquinas e no mercado público central, que preservam a memória desta comunidade (GOMES, 2019).

Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (OLIVEIRA SILVEIRA *apud* ESCOBAR, 2010, p. 61).

Esse conceito de Clube Social Negro foi construído em 29 de fevereiro de 2008, durante um encontro em Brasília, que contou com a presença do escritor Oliveira Silveira (1941-2009) – personalidade que apresentaremos com mais ênfase no próximo item – e dos integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros do Brasil dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, legitimado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (SEPPIR).

Destaca-se que o Rio Grande do Sul era o estado com mais clubes negros mapeados: cerca de 55. Para Giane Escobar, esse número deve ser bem maior, na medida em que o movimento clubista vai ganhando visibilidade e aumentando a rede de parceiros (ESCOBAR, 2010, p. 150).⁹

Em Rio Grande, destacamos dois desses clubes: o Clube Cultural Braço é Braço e o Estrela do Oriente (CRUZ, 2014). Conforme Cassiane Paixão e Marcus Vinícius Spolle (2013), no livro de atas (1) do Braço é Braço consta que:

Foi exatamente no dia 1º de janeiro longínquo ano de 1920 nesta cidade do Rio Grande, RS, na então Rua: Uruguaiana (hoje Av. Silva Paes) nº 270 (local da caixa Econômica Estadual) naquele tempo havia vários casebres que ocorreu a fundação de um bloco carnavalesco, na ocasião foi denominado de Braço é Braço, seu nome deriva do fato de que um dos que se encontravam presentes ao ato, estava carregando um braço esculpido de madeira. Ao chegar um jornalista, este perguntou como era o nome do bloco que se estava fundando. Todos olharam então para o cidadão que levava o braço de madeira e disseram: o nome é Braço é Braço! A nova entidade carnavalesca, fora fundada por foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante [...]. (PAIXÃO; SPOLLE, 2013, p. 06).

Por 10 anos, Carlos da Silva Santos (1904-1989), importante político sul-riograndense, participou do Clube Carnavalesco Braço é Braço.¹⁰ Era o orador oficial do cordão, já que, antes das festas e dos bailes, ele tinha como intenção a ascensão de sua comunidade; segundo ele, “[...] não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça” (SANTOS, 1937, p. 2).

Na próxima imagem, visualiza-se a estrutura da fachada do prédio do Braço é Braço. O que essa fachada pode nos dizer, por intermédio de uma exposição educativa ou com uma conversa com os mais velhos, sobre o passado das populações negras que frequentaram esse espaço no pós-abolição?

⁹ Como este artigo surgiu de nossa participação do III Colóquio do Programa de Pós-Graduação em História da FURG, intitulado: Histórias locais, personalidades invisíveis, restringe-se a delimitação deste tópico ao município de Rio Grande, Zona Sul do Estado.

¹⁰ Carlos Santos, destacado parlamentar afro-brasileiro entre os anos de 1930 e 1980, nasceu em 1904 na cidade litorânea de Rio Grande. Profissionalmente, na função de caldeireiro, trabalhou em estaleiros navais e, em virtude de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical, além de ter participado de associações étnicas (GOMES, 2014).

Figura 1. Fachada em 2014 do Clube Braço é Braço



Fonte: acervo pessoal de Cassiane Paixão (CRUZ, 2014).

De acordo com o presidente do clube em entrevista:

[...] o Clube Cultural Braço é Braço foi uma construção de uma comunidade negra riograndina que buscava um espaço para comunicar-se, tanto por meio de festas, bailes de debutantes, carnavais, música e oralidade. Mas principalmente um espaço social da comunidade negra, sem conotação política (segundo fala do presidente do Clube) (PAIXÃO e SPOLLE, 2013, p. 6).

Em outro trabalho, Cassiane Paixão e Anderson Lobato (2017) evidenciam a primeira página do Estatuto do Clube, em que podemos observar as suas finalidades:

Art. 2º – Os fins da sociedade são os seguintes:

- a) Congregar os seus associados em um grêmio de fraternidade e proteção recíproca.
- b) Manter aulas para sócios e seus filhos: curso de alfabetização, primário, admissão ao ginásio, datilografia, corte e costura, bordados, arte culinária, trabalhos manuais etc.
- c) Promover diversões para recreio dos seus associados e famílias, como: reuniões dançantes, conferências, quermesses em benefício dos cofres sociais, concertos, grupos cênicos e tudo quanto possa contribuir para o aprimoramento cultural, social e moral dos associados (PAIXÃO; LOBATO, 2017, p. 186).

Assim, a finalidade da fundação do Clube Braço é Braço foi congregar com fraternidade recíproca; manter aulas de alfabetização e orientação para o ginásio; proporcionar cursos de datilografia, corte e costura, culinária e trabalhos manuais; promover festas e espetáculos teatrais para contribuir com um melhor cotidiano do grupo negro e integrá-lo à sociedade abrangente, e, além disso, manter a proteção recíproca diante de uma sociedade excludente.

Quanto ao Cordão Carnavalesco Estrela do Oriente, pesquisas de Giane Escobar (2010) identificam que esse foi fundado por foguistas, carvoeiros, membros e portuários da Marinha Mercante no ano de 1933. Existia uma rede efetiva de relações entre os Clubes Negros em Rio Grande, assim como nas demais cidades do Estado do Rio Grande do Sul, conforme se observa nas trocas epistolares entre os seus representantes.¹¹

As fontes documentais que utilizamos, aqui, são denominadas “escritas de si”. Conforme explica Ângela de Castro Gomes, a escrita de si engloba autobiografias, diários, cartões postais e documentos de caráter íntimo. É um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros privados e públicos, que passam a ser um “teatro da memória”. Em todos os exemplos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionando com suas próprias vidas (GOMES, 2004, p. 11).

Destacamos a carta-convite respondida aos dirigentes do Clube Negro Floresta Aurora por conta das atividades do Primeiro Congresso Nacional do Negro, realizado em Porto Alegre, no ano de 1958.¹²

A correspondência diz:

Rio Grande, 01 de setembro de 1958
Ilmo. Sr. Presidente da Sociedade Recreativa Floresta Aurora

O Cordão carnavalesco Estrela do Oriente sente-se ufano por tão honroso convite da coirmã [...] dia 20 de setembro realizaremos o já tradicional Baile de Debutantes por este motivo desde já preocupados com a elaboração do programa [...]. Assinado, Presidente Silva Marques e Secretário Oswaldo Marques (ACERVO SBFA, Porto Alegre, 2006. Grifo nosso).

Na carta, identificam-se os esforços dos dirigentes da associação para organizar um baile em que os corpos e a presença das jovens negras seriam valorizados com glamour. Essa situação, que exigia toda a atenção, evidencia os esforços de valorização da mulher negra e as agências coletivas para afirmar os corpos cotidianamente invisibilizados. Essa prática era comum também na Sociedade Floresta Aurora. A Sociedade Beneficente Floresta Aurora é o clube negro mais antigo do Brasil (fundado em 1872, completa 150 anos em 2022) com indícios de mobilizações relevantes da comunidade negra e do poder público para a efeméride.¹³

¹¹ As cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande historicamente foram espaços com uma considerável contingente de populações negras no Sul do Brasil, situação que gerou a criação de inúmeros clubes negros. (LONNER, 1999; GOMES, 2008; PEREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2011; PAIXÃO, 2013; 2017).

¹² O clube Floresta Aurora organizou o encontro. Esse importante acontecimento ocorreu na capital gaúcha e recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior, contou, também, com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros e a comunidade. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, a situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram distribuídos em seis dias, do dia 14 ao dia 19 de setembro (GOMES, 2009).

¹³ Em 2022, a capital do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – comemora 250 anos. Nesse mesmo ano, conforme a Secretaria de Cultura da cidade, o Floresta Aurora faz 150 anos e toda a programação estará dentro do calendário dos 250 anos da cidade. O presidente atual do Clube afirmou que durante as comemorações: “Teremos baile de aniversário, show com artistas negros, homenagens aos ex-presidentes [...]. Vamos marcar essa história e contamos com a prefeitura”. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sec250/noticias/aniversario-de-150-anos-do-floresta-aurora-integra-se-programacao-dos-250-anos-da>. Acesso em 19 dez. 2021. Além disso, a Floresta Aurora criou uma Comissão Cultural para, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, organizar atividades. Integram o grupo Jaime Núncia, José Rivair Macedo, Lúcia Regina Brito Pereira, Márcia Terra, Renato Dornelles e Rita de Cássia Camisolão (COMISSÃO CULTURAL DO SESQUICENTENÁRIO FLORESTA AURORA, 2021, s/p).

Os Clubes Sociais Negros, em seus espaços físicos, evidenciam as agências negras. O patrimônio material dos clubes e suas práticas cotidianas permitem a interpretação de um passado que influencia a percepção do presente a respeito de como esses sujeitos homens e mulheres orientaram ativamente suas ações, de modo a influenciar, inclusive, na autoestima das jovens mulheres negras ao organizarem os bailes de debutantes, que eram práticas comuns nessas sociedades a partir da década de 1950. Essas atividades constituíram-se como práticas ativas do cotidiano das populações negras. Certamente, uma visita para observar a fachada do Braço é Braço e a correspondência evidenciada do Estrela do Oriente possibilitam outros ensinamentos e aprendizados para o conhecimento da história das populações negras, cujas práticas existiram por intermédio de seus representantes, da solidariedade e das ações práticas para manter as suas vidas de maneira positiva.

“Palmares não é só um, são milhares”¹⁴

São 50 anos, são mais de mil manos, são mais de mil minas, monas juntas nos planos, das pretas dos pretos, da Cohab do gueto, da margem pro centro 20 de novembro, plano de África, oliveiras pra quem passar, consciência, aquilombar, transcender, eternizar, olha quem vem lá, Zumbi aqui está pros muitos que vão chegar nos cabe multiplicar!¹⁵

O 20 de novembro foi evocado pela primeira vez há 50 anos, em Porto Alegre, pelo Grupo Palmares em 1971. A organização tinha como escopo a revisão da história do Brasil para desvelar a “tradição de resistência”, a fim de recuperar a autoestima étnica e, com isso, tirar a maioria dos negros do imobilismo político e da acomodação social aos espaços concedidos por uma sociedade, segundo o grupo, desigual (CAMPOS, 2006, p. 9). Oliveira Silveira, Antônio Carlos Côrtes, Ilmo da Silva, Wilmar Nunes formavam a organização. Em 1972, ingressam as primeiras mulheres: Helena Machado, Anita Abad e Nara Helena Soares. Os integrantes do Palmares eram jovens universitários. Em especial, o poeta Oliveira Silveira, publicou livros autorais, participou de coletâneas poéticas e acadêmicas, além de ser articulador contumaz do movimento negro moderno, tornando-se reconhecido nacionalmente.¹⁶

O grupo tinha como proposta social e cultural a valorização do dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Quilombos dos Palmares (1695), como principal referência para os negros sul-rio-grandenses em contraponto às comemorações do dia 13 de maio (1888), dia oficial da abolição da escravidão no Brasil. A data foi evocada a partir da atuação de jovens pesquisadores vinculados às sociedades negras, em um contexto de ditadura civil-militar, influenciados por um contexto nacional, de articulação dos movimentos negros; e internacional de avanços e tensões proporcionado pelos movimentos da negritude, dos processos de luta de descolonização dos países africanos e pelas lutas dos direitos civis nos

¹⁴ O título da exposição faz alusão ao poema de Oliveira Silveira.

¹⁵ Letra da música “Oliveira Silveira sou eu e você!” De autoria de Rafa Rafuagi, 2021.

¹⁶ Conforme informações do *blog* Vida e Obra de Oliveira Silveira, mantido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como escritor, Oliveira publicou até 2005 dez títulos individuais de poesia – Pêlo escuro, Roteiro dos tantãs, Poema sobre Palmares, entre outros – e participou de antologias e coletâneas no país e no exterior: Cadernos negros, do grupo Quilombhoje, e A razão da chama, de Oswaldo de Camargo, em São Paulo/SP; Quilombo de Palavras, organização de Jônatas Conceição e Lindinalva Barbosa, em Salvador, na Bahia; Schwarze poesie/Poesia negra e Schwarze prosa/Prosa negra, organizadas por Moema Parente Augel e editadas na Alemanha por *Édition diá* em 1988 e 1993, com tradução de Johannes Augel; ou revista Callaloo, v. 18, nº 4, 1995; v. 20, nº 1 (estudo de Steven F. White), 1997, Virgínia, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/obra/>. Acesso em 18 dez 2021.

Estados Unidos. A efeméride se tornou o Dia Nacional da Consciência Negra, em 1978, denominação proposta pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) de São Paulo, e ratificada pelo Ilê Aiyê da Bahia.

Partindo da instituição do 20 de novembro como data da Consciência Negra, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS) inaugurou nos espaços do Memorial do Rio Grande do Sul a exposição de textos e de objetos, intitulada: “Palmares não é um só, são milhares”. Ela permaneceu aberta ao público de novembro de 2021 a junho de 2022.

O atual prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, em sua origem datada de 1914, comportou a sede central dos Correios e Telégrafos da cidade de Porto Alegre/RS. Em 2000, após intensa reforma, com o incentivo do Programa Monumenta do Governo Federal, o espaço passou a ser denominado Memorial do Estado. O objetivo principal do memorial é “[...] discutir e divulgar a história, as culturas e as identidades do Estado” (PROGRAMA MONUMENTA, 2010, p. 187). No prédio, também se encontram o Arquivo Histórico e o MARS, instituições cuja direção geral é exercida por Letícia Bauer, no momento da escrita deste artigo.

O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, espaço que organizou a exposição, foi fundado em 20 de abril de 1978. O MARS, em sua trajetória, desenvolveu uma política institucional e museológica descentralizada no que diz respeito a pesquisa, divulgação e formação de acervo, promovendo parcerias e convênios com centros de estudos antropológicos, universidades e escolas da rede pública.¹⁷

Permeando os sete grandes módulos em que a exposição é dividida, há um relacionado ao poeta, professor e pesquisador gaúcho Oliveira Silveira (1941-2009), figura com destacada liderança e atuação no Grupo Palmares. Abaixo, o cartaz da exposição.

Figura 2. Cartaz da exposição *Palmares não é só um, são milhares*.



Fonte: MARS (2021).

Os títulos dos módulos e os/as curadores/as da exposição são: módulo 1 - Negras e Negros em Movimento, curador Arilson dos Santos Gomes; módulo 2 - Grupo Palmares de Porto Alegre Consciência Negra em Dia!, curadora Ana Flávia Magalhães Pinto; módulo 3 - 80 anos de Oliveira Silveira: o poeta da Consciência Negra, curadoras Sátira Machado e

¹⁷ Disponível no *blog* oficial da instituição da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul: <http://museuantropologico.blogspot.com/p/sobre-o-mars.html>. Acesso em 12 dez 2021.

Naiara Silveira; módulo 4 - Quilombos do RS: resistência e territorialidade, curadora Mariana Balen Fernandes; módulo 5 - Clubes Sociais Negros: lugar do sagrado, do discurso próprio, da autonomia e da liberdade, curadores Giane Vargas, Rodrigo Francisco e Renato Vieira; módulo 6 - Sou a matriz negra do Sul, curadores Liliana Cardoso e Luis Cláudio Knierim; módulo 7 - Decolonialidade, identidade e afrofuturismo, curador Rafa Rafuage. A concepção expográfica e cenografia ficou sob a responsabilidade de Rodrigo Shalako e a montagem a cargo de Monica Marlise Wiggers, Maria Helena Sant Anna, Rossanna Prado Perez e Arienei Erian Azevedo.

O que é uma exposição? De acordo com Marília Xavier Cury, “[...] a exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu quer apresentar e como deve apresentar visando a um comportamento ativo do público e à sua síntese subjetiva” (CURY, 2006, p. 42).

A mostra contextualiza o engajamento dos movimentos negros nacionais no panorama regional, como os debates travados por décadas no período pós-abolição, a criação da imprensa negra e os primeiros coletivos e lideranças que influenciaram o campo reflexivo em que o Grupo Palmares atuou nos anos 1970. Visando às aspirações compartilhadas do coletivo de Porto Alegre com grupos ativistas de todo o País e à produção crítica no campo da memória, a mostra apresenta a proposição da data de Zumbi dos Palmares em seu contexto de luta e afirmação da consciência e do protagonismo negro.

A exposição se dedica, também, às ações de resistência de diversas organizações, como os Clubes Sociais Negros e as Comunidades Quilombolas; propõe outro olhar para os acontecimentos que marcam as trajetórias negras no Estado, na perspectiva de suas relações com o tradicionalismo gaúcho, e trata da vida e da obra de Oliveira Silveira. Finalmente, convida o público a conhecer as novas gerações e suas proposições afro-futuristas nas formas de lidar com as memórias negras e suas propostas para o futuro. A curadoria foi realizada por agentes e pesquisadores negros e negros de notório saber e reconhecido trabalho nas temáticas afins.

Ao longo do trajeto expositivo, localizam-se vários objetos, como tambores e fotografias; um espaço que reproduz o salão de festas de um clube negro; o acervo pessoal de Oliveira Silveira com registros de poemas, retratos, cadernos, jornais e revistas, além de uma fatura de registros documentais relacionados às produções das populações negras sul-rio-grandenses.

A mostra foi viabilizada por meio de objetos privados, objetos musealizados do próprio MARS, acervo da Sociedade Floresta Aurora e de outras instituições vinculadas à Secretaria de Cultura, como o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) e o Museu Júlio de Castilhos, o mais antigo do estado, criado em 1903. O acervo pessoal de Oliveira Silveira é composto de vinis, xilogravuras, CDs, cartas trocadas com ativistas e reportagens de jornais editados por negros, em 1800, que também foram emprestados.¹⁸ Além de objetos elaborados pela expografia, entre esses uma “geloteca”, produzida para o módulo afro-futurismo. Trata-se de uma geladeira estilizada com estantes de livros para consultas do público.¹⁹

¹⁸ Oliveira Silveira, teria completado 80 anos de idade em 2021. Com intuito de preservar sua obra, sua filha Naiara, com o auxílio de amigos e da professora da Unipampa e biógrafa de Oliveira, Sátira Machado, anunciou a criação do Instituto Oliveira Silveira, ainda sem local definido. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2021/09/oliveira-silveira-ganha-instituto-para-divulgar-sua-obra-e-o-acervo-que-constituiu-em-porto-alegre-cktkl76z200700193zl892iq4.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

¹⁹ O idealizador do projeto Geloteca, Adriano de Souza Peixoto, mais conhecido como Dplay, conta que a ideia nasceu em Canoas, em maio de 2020, em parceria com o designer e grafiteiro Gui Menezes, e hoje a ação já está presente em 13 cidades do Rio Grande do Sul. O Projeto Geloteca já entregou 100 geladeiras pintadas e cheias de livros para as comunidades, buscando facilitar o acesso à cultura e à literatura. A ação é desenvolvida

Para seu primeiro módulo – espaço que ficou sob a nossa responsabilidade e que está relacionado aos antecedentes do Grupo Palmares - foram solicitados e emprestados objetos pessoais da família do falecido parlamentar Carlos Santos (1904-1989), como uma máquina de datilografar, canetas, condecorações, troféus, medalhas e livros de sua autoria. Os materiais foram cedidos por Neiva Santos e Adriane Santos, filha e neta de Carlos Santos, e evidenciam outros sentidos em relação aos sujeitos negros, para muito além dos objetos que significaram a “objetificação da negritude” dos sujeitos negros exposta nas exposições tradicionais.

Figura 3. Vista dos objetos pessoais de Carlos Santos



Fonte: Acervo Adriana Santos e Dona Neiva Santos, 2021.

A seguir (Figura 4), é possível visualizar a linha cronológica do módulo 1, que, em linearidade, apresenta desde o ano de 1872 (fundação da Sociedade Floresta Aurora) até a década de 1970 (criação do Grupo Palmares). No final da linha, destaca-se a figura de Carlos Santos discursando. No decorrer da exposição, estão os objetos emprestados pela família Silva Santos, em frente à sua imagem, como observa-se na figura. Na mesa (Figura 3), estão objetos de escritório, livros e revistas. Na vitrine (Figura 4), localizada na parede iluminada com luz *led*, estão os prêmios, os diplomas e as condecorações recebidas pelo parlamentar ao longo de sua vida pública, de cerca de 50 anos, como deputado estadual, deputado federal e governador do estado.

de forma colaborativa entre artistas, produtores culturais, instituições parceiras e comunidades. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/geloteca-n%C3%BAmero-100-%C3%A9-exposta-no-centro-de-canoas-1.712583>. Acesso em 25 dez. 2021.

Figura 4. Módulo 1 da exposição *Palmares não é um só, são milhares*



Fonte: Monica Marlise Wiggers (MARS), 2021.

A visitação à exposição pode ser feita individualmente, ou agendada para grupos e escolas. Mas, quais as impressões que podemos ter ao visitar uma exposição com esse acervo? Além das referências à escravidão, os documentos que compõem a mostra nos convidam a descortinar as organizações negras no pós-abolição, o associativismo, os clubes negros, os remanescentes de quilombos, a vida e a obra do poeta Oliveira Silveira, a participação do negro na cultura do tradicionalismo gaúcho e o afro-futurismo. O público terá, por meio de outras orientações, a percepção de um passado, de um presente e, quiçá, de um futuro sobre a história das populações negras a que, infelizmente, não se tem acesso nos livros e no ensino de história tradicional. Uma história que, salvo em pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado, a maioria do público não pode acessar facilmente ou não tem o hábito de consultar. Inclusive, essas possibilidades permitem, além da educação histórica, uma história pública.²⁰

Na próxima imagem (Figura 5), é possível observar a presença do público no dia da inauguração da exposição, realizada em 30 de novembro de 2021. No espaço visualizado, estão o módulo 4 - “Quilombos do RS: resistência e territorialidade”, de curadoria de Mariana Balen Fernandes, e o módulo 5 - “Clubes Sociais Negros: lugar do sagrado, do discurso próprio, da autonomia e da liberdade”, com curadoria compartilhada entre Giane Vargas, Rodrigo Francisco e Renato Vieira. Nos expositores (à esquerda), o público pode visualizar acervos documentais e tridimensionais das comunidades quilombolas, além de acessar (à direita) uma porta de entrada para o universo de um clube negro. Ao ingressar no módulo, o público encontrará cadeiras, mesas, ventiladores e mobiliários que reproduzem um salão de festas de um clube negro. Em especial, é a representação dos espaços físicos do Clube 24 de agosto de Jaguarão/RS.²¹

²⁰ “Podemos considerar a prática da história pública como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiência – por meio de museus e patrimônio históricos, filme e ficção histórica” (LIDDINGTON, 2011, p. 34).

²¹ Fundado em 1918, o Clube Social Negro 24 de Agosto fortaleceu a autoestima a as identidades negras da população o jaguareense. Hoje, após muitas disputas judiciais, seu prédio é considerado um Patrimônio Cultural do estado do Rio Grande do Sul, demonstrando, assim, a importância deste território para a história da população negra de Jaguarão (MARTINS; ESCOBAR, 2018).

Figura 5. Módulos 4 e 5 da exposição *Palmares não é um só, são milhares*



Fonte: Monica Marlise Wiggers (MARS), 2021.

Além do patrimônio material e dos acervos, em relação à história das populações negras, destaca-se também a possibilidade da educação histórica por meio do Patrimônio Imaterial. Selva Fonseca enfatiza, em seu importante estudo, o uso da educação patrimonial articulada ao ensino e à aprendizagem de História (FONSECA, 2009).

Para a autora, os bens culturais imateriais, assim como as manifestações populares, tornam-se ferramentas interessantes, pois “[...] compõem a diversidade cultural do país e propiciam o desenvolvimento de cidadãos críticos no combate aos preconceitos e à discriminação étnica, racial, cultural, religiosa e social no interior das escolas” (FONSECA, 2009, p. 172-179). E, saindo da escola com esses aprendizados, os indivíduos terão elementos para despertar uma consciência histórica atualizada em relação à história das populações negras.

Considerações finais

A História e a sua relação com o patrimônio potencializam o aparecimento de objetos privados relacionados aos sujeitos que fizeram a diferença em suas realidades cotidianas e em suas comunidades, possibilitando um outro olhar para o ensino.

Para além da visão tradicional imposta pela colonialidade, os indivíduos negros e negras, em cada cidade do Rio Grande do Sul e do Brasil, guardadas as suas proporções, influenciaram a sociedade em que viveram.

Na construção e na manutenção dos espaços físicos e dos clubes negros, bem como na criação de museus, na curadoria de exposições e na ressignificação de objetos – que permitem transmissões de conhecimentos para além da escravidão – as agências acentuam a elevação da autoestima das populações ainda estigmatizadas.

Parafraseando Giane Escobar (2010), os Clubes Sociais Negros tiveram papel decisivo na formação da sociedade brasileira. Romperam com os padrões de uma época, atuando incisivamente na luta contra a escravidão e a discriminação racial. O espaço considerado o mais antigo do país, Floresta Aurora (1872), localiza-se no Rio Grande do Sul, que também é o estado com o maior número de clubes mapeados, como se evidencia no I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado no ano de 2006, em Santa Maria/RS. Giane Escobar faz uma ressalva à preservação desses territórios por seus gestores e pelo poder público, já que são, além de patrimônios, lugares de memória.

A articulação dos espaços institucionais de memória com os segmentos sociais é

fundamental nesse processo, assim como as articulações com famílias, indivíduos e sociedades negras que, possuidores de acervos, podem emprestá-los ou doá-los para exposições, se assim o quiserem. Todavia, isso não pode ocorrer em mão única. As instituições, sobretudo públicas, têm que estabelecer políticas para isso, pois, como saliente Maria Angélica Zurbaran, as instituições “não são inocentes”. São espaços políticos de disputas de representação e podem atuar “[...] tanto hierarquizando culturas e identidades quanto construindo e colocando em circulação representações diferentes dos grupos sociais, étnico-raciais e culturais, de suas memórias, histórias e culturas” (ZUBARAN, 2015, p. 201).

Dessas inquietações surgiu a obra *Museus Africanidades*, organizada por Jane Rocha de Mattos. A coletânea discorre sobre acervos, expografias, ações práticas em museus de percurso e comunitários do Rio Grande do Sul, enfocando as mudanças decorrentes das políticas públicas na promoção da igualdade (MATTOS, 2013).

Para um reconhecimento efetivo da trajetória das populações negras, por meio da educação histórica, deve-se atentar para as experiências vivenciadas além dos ensinamentos das escolas, dos espaços acadêmicos e dos manuais escolares. Esses espaços, apesar de importantes, muitas vezes perdem o sentido de potencializar a consciência histórica que precisa de outras práticas para aguçar no sujeito a sua relação com o passado e o presente. Por meio de outras fontes e visitas a outros lugares – como aos clubes negros e as exposições, logicamente ressignificadas ao visibilizar outros objetos – é possível trazer novas orientações ao se afirmar positivamente as identidades e desconstruir, na sociedade, as invenções e as linhas hierárquicas que construíram a inferiorização das populações negras. Desse modo, é possível ultrapassar, definitivamente, por meio de uma educação histórica atualizada, as “visões folclorizantes, idealizantes e dissociadas desses agentes sociais”, como aponta o pesquisador sul-rio-grandense losvaldyr Bittencourt Jr. (2013, p. 13).

Fontes

ACERVO SOCIEDADE BENEFICENTE FLORESTA AURORA, 2006.

CARTA DA COMISSÃO CULTURAL DO SESQUICENTENÁRIO FLORESTA AURORA, 2021, s/p.

Referências

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 33, n. 1, p. 119-137, 2018.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: do “resgate” afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas a às visibilidades negras na museologia. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC, 2013, p. 13-53.

BRASIL. *Lei 10.639/03. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*, 2004.

BRASIL, *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL, *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. *O Grupo Palmares (1971-1978): Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. São Paulo: FUESP, 2005.

CRUZ, Matheus. *Clubes Sociais Negros: memória e esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço*. (Rio Grande, RS, 1969 - 1992). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.

CURY, Marília Xavier. *Exposição, concepção, montagem, avaliação*. São Paulo: Annablume, 2006.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 2013.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

ESCOBAR, Giane Vargas; MARTINS, Larissa Pinto. Clube Social Negro 24 de Agosto: ressignificando um acervo fotográfico centenário na cidade de Jaguarão/RS. *Revista Sillogés ANPUH-RS*, v. 1, n. 2, p. 11-27, 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. *A avaliação do ensino e da aprendizagem Fazer e Ensinar História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Arilson dos Santos. O Primeiro Congresso Nacional do Negro e a sua importância para a integração social dos negros brasileiros e a ascensão material da Sociedade Floresta Aurora. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol. 1, n. 1, p. 1-18, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

GOMES, Arilson dos Santos. "Ensino de História, Patrimônio e Práticas Educativas Decoloniais no Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre". *Revista Fronteiras PPGH-UFGD*, vol. 21, n. 38, p. 71-89, 2019.

GOMES, Arilson dos Santos. Por uma história decolonial. *Revista Intellectus UERJ*, v. 19, n. 2, p. 112-138, 2021.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. *Revista Crítica Histórica*, vol. 12, n. 23, p. 189-221, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC (org.). *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Coleção Educação Para Todos. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília, 2006, p. 17-30.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus antepassados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888- 1937*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Lizandra Maria Rodrigues; ZUBARAN, Maria Angélica. Representações racializadas de negros nos museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC, 2013, p. 137-156.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1993.

MATTOS, Jane Rocha de. (org.). *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC, 2013.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MÜLLER, Liane Suzan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (orgs.). *Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas; SPOLLE, Marcus Vinicius. Clubes Sociais e espaços de Negritude. *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013, p. 1-9.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Cultura e Afro-descendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

PROGRAMA MONUMENTA PORTO ALEGRE. Brasília: IPHAN, 2010.

PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.

RÜSEN, Jörn. *A Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, Perez A.I. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Carlos. *Sucata*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2011.

SILVA, Thiago Cedrez; GANDRA, Edgar Ávila; SIMÕES, Elvis Silveira. Nascer e viver: Rio Grande-RS, uma cidade Portuária. *Revista História e Culturas*, vol. 8, n. 15, p. 7-27, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. África Antiga. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História Geral da África.*, vol. II. Brasília: Unesco, 2013, p. 139-167.

TORRES, Nelson Maldonado. *Mapping Decolonial Turn*. Conferência. Berkeley, 2005.

VARGAS, Pedro Rubens. O Museu de Percurso do Negro na perspectiva de seus idealizadores: os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC, 2013, p. 85-100.

VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto Museológico e Museográfico. In: VILASBOAS, Ilma Silva, JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho Bittencourt, SOUZA, Vinicius Vieira de. (orgs.). *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, p. 75-103.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os diferentes públicos do museu e a experiência de educação patrimonial no Museu de Porto Alegre José Joaquim Felizardo. In: FRAGA, Hilda Jaqueline; CARDOSO, Claudira do Socorro Ciniro; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lúcia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de. (orgs.). *Experimentações em lugares de memória*. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015, p. 198-215.

Notas de autoria

Arilson dos Santos Gomes é professor do curso de Antropologia e Humanidades, professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Especialidades da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Arilson dos Santos. Museus e Memórias Afro-diaspóricas no Sul do Brasil. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 327-347, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 28/12/2021.

Modificações solicitadas em 24/02/2022.

Aprovado em 17/03/2022.